

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota do Autor</i>	XXIII
PARTE 1 – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	1
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	3
1. O vocábulo <i>obrigações</i>	3
2. O caráter patrimonial das obrigações.....	8
3. Direitos reais e direitos obrigacionais.....	9
4. Obrigações <i>propter rem</i>	11
4.1. Conceito e caracteres.....	11
4.2. Natureza jurídica	12
4.3. Figuras afins: ônus reais e obrigações com eficácia real.....	12
5. Elementos da obrigação	13
5.1. Vínculo jurídico.....	14
5.2. Credor.....	14
5.2.1. Credor anticrético.....	16
5.2.2. Credor hipotecário.....	16
5.2.3. Credor pignoratício	17
5.2.4. Credor privilegiado	17
5.2.5. Credor quirografário.....	17
5.2.6. Credor de rendas	17
5.2.7. Credor sub-rogado.....	17
5.2.8. Credor putativo.....	17
5.3. Devedor.....	18
5.4. Prestação	19
5.5. Garantia.....	22
5.6. O princípio da interdependência	23
6. Fontes dos direitos obrigacionais.....	23
6.1. A visão aristotélica	24
6.2. O tema na <i>jurisprudencia romana</i>	24

6.3. As fontes no Direito contemporâneo.....	25
7. Causa da obrigação e motivo do negócio	28
8. A maturidade do Direito das Obrigações	30
9. A importância do Direito das Obrigações	33
10. Teorias sobre o vínculo obrigacional	35
10.1. O Direito Romano pré-clássico.....	35
10.2. Vínculo entre o credor e o patrimônio do devedor.....	35
10.3. Débito e responsabilidade	36
10.4. Débito sem responsabilidade.....	37
10.5. Responsabilidade sem débito	38
10.6. Débito com responsabilidade limitada	38
10.7. Conclusões	38
CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES.....	41
11. Considerações prévias.....	41
12. Obrigações civis e naturais	42
12.1. Conceito de obrigações civis.....	42
12.2. Conceito de obrigações naturais.....	43
12.3. As obrigações naturais no Direito Romano.....	46
12.4. A <i>naturalis obligatio</i> no Código Civil de 2002 e no Direito Comparado	47
12.5. Fundamentos das obrigações naturais	48
12.6. Modalidades de obrigações naturais	49
13. Obrigações de <i>dar</i> , <i>fazer</i> e <i>não fazer</i>	50
14. Obrigações simples e complexas	52
15. Obrigações de <i>meio</i> e de <i>resultado</i> . Garantia	53
16. Obrigações puras, condicionais, a termo e modais	54
17. Obrigações transmissíveis e intransmissíveis	56
18. Obrigações líquidas e ilíquidas	56
19. Obrigações principais e acessórias.....	57
20. Obrigações de execução instantânea, diferida e periódica.....	58
21. Obrigações unilaterais e bilaterais	59
CAPÍTULO 3 – OBRIGAÇÕES DE DAR	61
22. Considerações prévias.....	61
23. Obrigação de <i>dar</i> – conceito	62
24. Obrigação de <i>dar coisa certa</i>	65
24.1. Conceito	65
24.2. Os acessórios e a obrigação de dar coisa certa.....	66
24.3. Perda da coisa.....	66
24.4. Deterioração da coisa	69
24.5. Melhoramentos e acrescidos	70

24.6. Restituição de coisa certa.....	71
24.7. Execução da obrigação de dar coisa certa.....	75
24.8. Prestação em dinheiro.....	77
25. Obrigação de <i>dar coisa incerta</i>	79
25.1. Conceito.....	79
25.2. Escolha pelo devedor.....	81
25.3. Conhecimento da escolha.....	82
25.4. Jurisprudência.....	84
CAPÍTULO 4 – OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	87
26. Obrigação de fazer.....	87
26.1. O significado de fazer.....	87
26.2. Conceito de obrigação de fazer.....	88
26.3. Obrigações mobiliárias.....	91
26.4. Obrigações de fazer fungíveis e infungíveis.....	91
26.5. Inadimplemento da obrigação por culpa do devedor.....	92
26.6. Impossibilidade da prestação sem culpa do devedor.....	95
26.7. Impossibilidade da prestação por culpa do devedor.....	96
26.8. Descumprimento de obrigação de fazer fungível.....	97
27. Obrigação de não fazer.....	99
27.1. Conceito.....	99
27.2. Objeto da prestação.....	101
27.3. Extinção da obrigação de não fazer sem culpa do devedor.....	101
27.4. Extinção da obrigação de não fazer com culpa do devedor.....	102
27.5. Urgência no desfazimento.....	103
27.6. Execução da obrigação de não fazer.....	104
28. Acórdãos de Tribunais Superiores.....	104
CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	107
29. Conceito.....	107
30. Natureza jurídica.....	109
31. O Direito Romano.....	110
32. Distinções.....	111
33. Concentração.....	112
34. O cumprimento da obrigação alternativa.....	116
35. Perda da alternatividade sem culpa.....	117
36. Perda total dos objetos.....	118
37. Perda de um objeto por culpa do <i>debitor</i>	119
38. A conservação das prestações.....	119
39. Jurisprudência.....	120

CAPÍTULO 6 – OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	123
40. Considerações prévias.....	123
41. Noção geral das obrigações divisíveis e indivisíveis.....	124
41.1. Conceito de obrigação divisível.....	125
41.2. Conceito de obrigação indivisível.....	126
41.3. A posição de Teixeira de Freitas.....	128
41.4. A posição de Pothier.....	128
42. A divisibilidade e as obrigações de dar, fazer e não fazer.....	129
43. Término da indivisibilidade.....	132
44. Diretrizes do Código Civil.....	132
44.1. Presunção de igualdade na divisão.....	132
44.2. Prestação indivisível e pluralidade de devedores.....	134
44.3. Prestação indivisível e pluralidade de credores.....	135
44.4. Recebimento integral por um credor.....	136
44.5. A prescrição nas obrigações indivisíveis.....	137
44.6. Remissão unilateral de dívida indivisível.....	137
44.7. Resolução em perdas e danos.....	138
CAPÍTULO 7 – OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	141
45. Considerações prévias.....	141
46. A definição legal.....	142
47. Natureza jurídica.....	144
48. Breves notas do Direito Romano.....	146
49. Solidariedade ativa – conceito.....	147
50. Solidariedade passiva – conceito.....	149
51. Paralelo entre obrigação solidária e indivisibilidade.....	154
51.1. Pontos de convergência.....	154
51.2. Notas distintivas.....	154
52. Diretrizes do Código Civil.....	155
52.1. Disposições gerais.....	155
52.2. Solidariedade ativa – disciplina legal.....	158
52.3. Solidariedade passiva – disciplina legal.....	163
53. Efeitos jurídicos da solidariedade.....	171
53.1. Efeitos da solidariedade ativa.....	171
53.2. Efeitos da solidariedade passiva.....	173
54. Extinção da solidariedade.....	174
54.1. Entre os cocredores.....	174
54.2. Entre os codevedores.....	175
PARTE II – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	177
CAPÍTULO 8 – MODIFICAÇÕES DA OBRIGAÇÃO.....	179
55. Considerações gerais.....	179

56. Modificações subjetivas e objetivas.....	180
57. Breve notícia histórica	184
CAPÍTULO 9 – CESSÃO DE CRÉDITO.....	187
58. Generalidades.....	187
59. Conceito	188
60. O objeto da cessão de crédito.....	193
61. Limites do poder de transmissão do crédito	194
62. Eficácia em relação a terceiros.....	196
63. A notificação ao devedor.....	197
64. Cessões de crédito sucessivas	199
65. Desobrigação do devedor.....	200
66. Responsabilidade do cedente	201
66.1. Em cessão de crédito por título oneroso	201
66.2. Em cessão de crédito por título gratuito.....	202
67. Insolvência do devedor	203
68. Cessão de crédito penhorado	203
CAPÍTULO 10 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDA.....	207
69. Considerações prévias.....	207
70. Conceito e espécies	209
71. Requisitos.....	210
72. Visão geral do Direito Comparado.....	211
72.1. A assunção de dívida na Alemanha	211
72.2. A assunção de dívida na Suíça	212
72.3. A assunção de dívida em Portugal.....	213
72.4. Artificio do Direito francês	213
72.5. O Direito italiano.....	214
73. A codificação brasileira	214
73.1. A assunção de dívida antes do Código Civil de 2002	214
73.2. Considerações gerais.....	215
73.3. O modelo adotado e seu conceito.....	216
73.4. Assunção de dívida e novação subjetiva passiva	217
73.5. Objeto da assunção de dívida.....	218
73.6. As garantias	218
73.7. A hipótese de anulação da assunção de dívida.....	219
73.8. Matéria de defesa do <i>assuntor</i>	219
73.9. Assunção de dívida por aquisição de imóvel hipotecado.....	220
73.10. Inadimplência do devedor primitivo em face do <i>assuntor</i>	220
73.11. O local de cumprimento da obrigação.....	221

CAPÍTULO 11 – CESSÃO DE CONTRATO	223
74. Considerações prévias.....	223
75. Conceito	225
76. Natureza da cessão de contrato	228
77. Efeitos da cessão de contrato	228
77.1. A posição do cedente.....	229
77.2. A posição do cessionário	229
77.3. A posição do contraente cedido.....	229
77.4. A posição de terceiros.....	230
78. A cessão de contrato e figuras afins.....	230
78.1. O contrato derivado.....	230
78.2. A sub-rogação legal no contrato	230
78.3. Adesão ao contrato	231
78.4. Cessão de bens	231
78.5. Sub-rogação de um patrimônio	232
78.6. Cessão de direitos.....	232
79. O Direito Comparado.....	233
79.1. O Código Civil da Itália	233
79.2. O Código Civil de Portugal.....	234
80. A jurisprudência brasileira	234
80.1. Artificio. Simulação	234
80.2. Cessão de contrato de locação. Recusa de aluguéis.....	234
80.3. Cessão de crédito. Rescisão do contrato-base.....	234
80.4. Cessão de arrendamento mercantil. Direitos e obrigações que lhe são anteriores.....	235
PARTE III – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	237
CAPÍTULO 12 – PAGAMENTO	239
81. Conceito de pagamento.....	239
82. Fases históricas do pagamento.....	243
83. Natureza jurídica do pagamento	243
84. Limites à exigência de pagamento	245
85. Princípios éticos do pagamento	246
86. Quem deve efetuar o pagamento.....	247
86.1. Legitimação para pagar	247
86.2. O devedor.....	248
86.3. O terceiro.....	248
86.4. O terceiro interessado.....	249
86.5. O terceiro não interessado.....	250
86.6. Pagamento com alienação de propriedade	253
86.7. Pagamento com coisa fungível.....	253

86.8. Pagamento por devedor incapaz.....	254
87. A quem se deve pagar	255
87.1. Pagamento ao credor.....	255
87.2. Pagamento ao representante do credor.....	256
87.3. Pessoa indicada em cláusula contratual	256
87.4. Pagamento putativo.....	257
87.5. Pagamento feito a terceiro.....	258
87.6. Pagamento ao credor incapaz de quitar.....	259
87.7. Pagamento ao portador da quitação	261
87.8. Pagamento por devedor intimado da penhora do crédito.....	262
88. O objeto do pagamento	264
88.1. Aspectos gerais.....	264
88.2. A prestação devida.....	264
88.3. A identificação da <i>res debita</i>	265
88.4. Pagamento parcelado	265
88.5. Dívidas pecuniárias	266
88.6. Teoria da imprevisão	267
88.7. Pagamento em ouro ou em moeda estrangeira.....	270
88.8. Pagamento em mercadorias.....	271
89. Prova do pagamento.....	271
89.1. Direito à quitação	271
89.2. A forma da quitação	274
89.3. Perda do título e retenção de pagamento.....	276
89.4. Pagamento em quotas sucessivas e periódicas.....	277
89.5. Presunção do pagamento de juros	278
89.6. Presunção de pagamento por entrega de título.....	279
89.7. Despesas com o pagamento	280
89.8. Pagamento em medida ou peso	280
90. Lugar do pagamento	281
90.1. Domicílio do devedor.....	282
90.2. Pagamento relativo a imóvel.....	284
90.3. Mudança de lugar do pagamento em razão de motivo grave.....	285
90.4. Presunção de renúncia do lugar de pagamento	286
91. Tempo do pagamento	287
91.1. A regra geral	287
91.2. Vencimento das obrigações condicionais.....	289
91.3. Hipóteses de antecipação do vencimento.....	290
91.3.1. Falência do devedor ou concurso de credores.....	290
91.3.2. Bens hipotecados ou empenhados.....	290
91.3.3. Solidariedade passiva e devedores solventes	291

CAPÍTULO 13 – PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	293
92. Considerações prévias.....	293
93. Direito Romano.....	295
94. Conceito de pagamento em consignação	296
95. Motivos legais para a consignação	296
95.1. Aspectos gerais.....	296
95.2. Dificuldade ou resistência injusta do credor	297
95.3. A omissão do credor na dívida <i>quérable</i>	298
95.4. Incapacidade para receber	299
95.5. Credor desconhecido.....	299
95.6. Credor ausente.....	300
95.7. Residência do credor em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil	300
95.8. Dúvida sobre a identidade do credor.....	301
95.9. Litígio sobre o crédito da obrigação.....	301
96. Modalidades de depósito.....	302
96.1. Generalidades.....	302
96.2. Depósito bancário.....	303
96.3. Depósito judicial	304
97. Efeitos jurídicos da consignação.....	305
97.1. Aspectos gerais.....	305
97.2. O efeito do pagamento e seus requisitos	306
97.2.1. Fundamento do pedido.....	306
97.2.2. Autor do depósito	306
97.2.3. A pessoa considerada pelo devedor.....	306
97.2.4. O objeto consignado.....	307
97.2.5. Lugar da consignação.....	307
97.3. Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça.....	308
98. Hipóteses de levantamento do depósito pelo devedor	309
98.1. Antes da aceitação ou da impugnação.....	309
98.2. Em caso de procedência do pedido	310
98.3. Levantamento do depósito após a sua aceitação ou contestação do pedido	310
99. Outras disposições legais	310
99.1. Procedimento do depósito de coisa indeterminada	310
99.2. Despesas com o depósito	311
99.3. Litígio sobre o crédito	312
100. A consignação na Lei do Inquilinato.....	312
100.1. Aspectos gerais.....	312
100.2. Regras específicas	312
CAPÍTULO 14 – PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	315
101. Conceito e elementos	315

101.1. Conceito	315
101.2. Elementos.....	317
101.2.1. Vínculo obrigacional.....	317
101.2.2. <i>Res debita</i>	317
101.2.3. Pagamento por terceiro	318
101.2.4. Substituição do credor primitivo.....	318
102. Formação histórica do instituto.....	319
103. Benefícios da sub-rogação	320
104. Natureza jurídica do instituto.....	321
105. Efeitos da sub-rogação.....	323
106. Sub-rogação legal – hipóteses.....	324
106.1. Generalidades	324
106.2. Credor que paga a dívida do devedor comum.....	325
106.3. Adquirente do imóvel hipotecado	326
106.4. Pagamento por terceiro, a fim de conservar direito sobre o imóvel.....	327
106.5. Terceiro interessado e dívida pela qual era ou podia ser obrigado.....	327
106.6. Outras disposições de sub-rogação legal.....	329
106.6.1. Previsão do art. 1.407 do Código Civil	329
106.6.2. Lei do Inquilinato.....	329
106.6.3. O art. 130 do Código Tributário Nacional	330
107. Sub-rogação convencional e suas espécies	330
107.1. Generalidades	330
107.2. A sub-rogação convencional consentida pelo credor	331
107.3. A sub-rogação convencional consentida pelo devedor.....	333
108. Outras disposições legais	334
108.1. A exegese do art. 348	334
108.2. Efeitos diretos da sub-rogação total e parcial	335
CAPÍTULO 15 – IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....	337
109. Conceito	337
110. Requisitos.....	339
110.1. Ato de pagamento.....	339
110.2. Obrigações fungíveis e de igual gênero	339
110.3. Identidade dos titulares do crédito e do débito.....	340
110.4. Insuficiência de recursos para a quitação das diversas dívidas vencidas	341
110.5. Dívidas líquidas e vencidas	341
111. Caracterização jurídica do ato de imputação.....	342
112. O Direito Romano	342
113. Imputação pelo devedor	342
114. Imputação pelo credor.....	344

115. Imputação legal	345
116. Modificação da imputação	346
117. Imputação em caso de fiança parcial	347
118. Abuso na imputação	348
119. A imputação do pagamento em matéria tributária	348
CAPÍTULO 16 – DAÇÃO EM PAGAMENTO	351
120. Conceito de <i>datio in solutum</i>	351
121. Requisitos	353
121.1. Cumprimento da obrigação	353
121.2. Substituição do objeto da prestação	355
121.3. Consentimento do credor	355
122. Dação e solidariedade ativa e passiva	357
123. O Direito Romano	357
124. Substituição por pagamento em dinheiro	358
125. Impedimentos	359
126. Natureza jurídica	359
126.1. Modalidade de pagamento	360
126.2. Novação seguida de pagamento	360
126.3. Equiparação à compra e venda ou à permuta	361
126.4. Ato solutório da obrigação	361
127. Diretrizes do Código Civil	362
127.1. Acordo entre os interessados	362
127.2. Referência ao preço da coisa	362
127.3. Pagamento mediante título de crédito	362
127.4. Hipótese de evicção do credor	362
CAPÍTULO 17 – NOVAÇÃO	365
128. Conceito	365
129. Requisitos	368
129.1. Preexistência de uma obrigação	369
129.2. A formação de uma nova obrigação	369
129.3. <i>Aliquid novi</i>	370
129.4. <i>Animus novandi</i>	371
129.5. Capacidade das partes	372
129.6. Salvaguarda de terceiro	372
130. Novação e obrigação condicional	372
131. O papel da novação no Direito Romano	373
132. Efeitos jurídicos da novação	374
133. Invalidade da novação – efeitos	375
134. Novação e cessão de crédito	376

135. Disposições da Lei Civil brasileira	376
135.1. Hipóteses de novação	377
135.1.1. Novação objetiva ou real	377
135.1.2. Novação subjetiva passiva	377
135.1.3. Novação subjetiva ativa	377
135.2. <i>Animus novandi</i>	378
135.3. Expromissão	378
135.4. Insolvência do novo devedor	378
135.5. Alguns efeitos da novação	379
135.6. Novação e solidariedade passiva	379
135.7. Exoneração do fiador	379
135.8. Obrigações nulas ou extintas e a <i>novatio</i>	379
CAPÍTULO 18 – COMPENSAÇÃO	381
136. Conceito	381
137. A <i>compensatio</i> no Direito Romano	384
138. Espécies	385
138.1. Compensação voluntária	386
138.2. Compensação legal	386
138.3. Compensação judicial ou processual	386
138.4. Compensação facultativa	388
138.5. Compensação automática	388
138.6. Compensação eventual	388
139. Requisitos da compensação	389
139.1. Reciprocidade de créditos e débitos	389
139.2. Liquidez das dívidas	390
139.3. Fungibilidade das dívidas	391
139.4. Exigibilidade dos débitos	392
140. Natureza jurídica da compensação	392
140.1. Pagamento fictício	393
140.2. Dupla confusão	393
140.3. Modo extintivo da obrigação	393
140.4. Contrato recíproco de remissão	394
141. Compensação e figuras jurídicas afins	394
141.1. A equidade como denominador comum	394
141.2. <i>Compensatio</i> e direito de retenção	394
141.3. <i>Compensatio</i> e <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	395
142. Dívidas que não se compensam	395
142.1. Vedação oriunda de certas obrigações	395
142.2. Renúncia	396
142.3. Intangibilidade do direito de terceiros	396

143. Compensação e dívida solidária.....	397
144. Efeitos da compensação.....	397
145. Outras disposições do Código Civil.....	398
145.1. Direito Comparado.....	398
145.2. Estipulações fundamentais.....	399
145.3. A situação do fiador.....	399
145.4. Exigibilidade e os prazos de favor.....	400
145.5. Renúncia ao direito de compensar.....	400
145.6. A dívida do representante e o crédito do representado.....	402
145.7. Cessão de crédito e compensação.....	402
145.8. Compensação e pagamento em lugares diversos.....	402
145.9. Compensação de várias dívidas.....	403
145.10. A compensação em face de terceiros.....	403
146. Compensação e procedimento judicial.....	403
CAPÍTULO 19 – CONFUSÃO.....	405
147. Conceito.....	405
148. Requisitos.....	407
148.1. Unidade da obrigação.....	408
148.2. Consolidação do crédito e débito em uma pessoa.....	408
148.3. Não separação de patrimônios.....	408
149. Natureza jurídica.....	409
150. Modos de realização.....	410
151. Confusão e compensação.....	411
152. Consolidação.....	411
153. Confusão imprópria.....	412
154. Disposições do Código Civil.....	412
154.1. Conceito básico.....	413
154.2. Confusão parcial ou total.....	413
154.3. Obrigação solidária e confusão.....	413
154.4. Cessação da confusão.....	414
155. Crítica de Pontes de Miranda.....	415
CAPÍTULO 20 – REMISSÃO DAS DÍVIDAS.....	417
156. Conceito.....	417
157. Requisitos.....	419
157.1. A intenção de perdoar.....	419
157.2. Capacidade para o ato.....	420
157.3. Aceitação do devedor.....	420
157.4. Ato de liberação do pagamento.....	421
157.5. Não prejuízo de terceiro.....	421

158. O instituto em Roma	421
159. Espécies	422
160. Diretrizes do Código Civil	424
160.1. Pressupostos básicos	425
160.2. Entrega voluntária do título da obrigação	426
160.3. Renúncia à garantia real	428
160.4. Remissão e solidariedade passiva	428
 PARTE IV – INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	 429
 CAPÍTULO 21 – TEORIA DO INADIMPLEMENTO	 431
161. Considerações prévias.....	431
162. Conceito de inadimplemento	432
163. Pressupostos do inadimplemento.....	433
164. Disposições gerais do Código Civil.....	434
164.1. Não cumprimento imputável ao devedor	434
164.1.1. A matéria do art. 389 do Código Civil	434
164.1.2. Índices oficiais de atualização monetária.....	436
164.1.3. Presunção e ônus da prova	436
164.1.4. O art. 97 do Código Federal Suíço das Obrigações	436
164.1.5. Cláusula de não indenizar	436
165. Inadimplemento nas obrigações negativas.....	437
166. Os bens do devedor como garantia das obrigações	439
167. Culpa e dolo na responsabilidade contratual	439
168. Inadimplemento causado por força maior ou caso fortuito	440
 CAPÍTULO 22 – MORA.....	 443
169. Conceito	443
170. O instituto em Roma	444
170.1. <i>Mora solvendi</i>	445
170.2. <i>Mora accipiendi</i>	445
171. Regras básicas do Código Civil	446
171.1. Mora do devedor	446
171.1.1. Mora por atraso	446
171.1.2. Mora por pagamento defeituoso.....	447
171.1.3. Requisitos	447
171.1.4. Cessação.....	449
171.1.5. Efeitos	450
171.2. Mora do credor.....	451
171.3. Mora conjunta dos contratantes	453
171.4. Purgação de mora	453

CAPÍTULO 23 – PERDAS E DANOS	455
172. Considerações prévias.....	455
173. Conceito	456
174. O Direito Romano.....	459
175. Diretrizes do Código Civil de 2002	460
175.1. Danos emergentes e lucros cessantes	460
175.2. Dano presumido	462
175.3. Dano moral.....	463
175.4. O elemento culpa e a indenização.....	463
175.5. Obrigações de pagamento em dinheiro	464
 CAPÍTULO 24 – JUROS LEGAIS	 467
176. Conceito	467
177. O Direito Romano.....	469
178. Diretrizes do Código Civil de 2002	471
178.1. Taxa legal de juros.....	472
178.2. Obrigatoriedade de juros, independentemente de alegação de prejuízo	473
178.3. Juros legais correspectivos.....	474
 CAPÍTULO 25 – CLÁUSULA PENAL.....	 475
179. Conceito	475
180. Cláusula de limitação de responsabilidade	478
181. Estrutura lógica	478
182. Natureza jurídica.....	479
183. O Direito Romano.....	479
184. Paralelo com institutos afins	481
184.1. Afinidade com perdas e danos.....	481
184.2. Paralelo com a multa penitencial	481
184.3. Cláusula penal e multa simples.....	481
184.4. Paralelo com as arras penitenciais.....	482
184.5. Distinções com as obrigações alternativas e facultativas.....	482
184.6. Cláusula penal e <i>astreintes</i>	483
185. Diretrizes do Direito Civil	483
185.1. Exigibilidade da cláusula penal.....	484
185.2. Alternativa a benefício do credor	486
185.3. A hipótese de mora e a violação de cláusula especial	487
185.4. Valor máximo da cláusula penal.....	487
185.5. Redução equitativa	488
185.6. Cláusula penal e obrigação indivisível.....	490
185.7. Cláusula penal e obrigação divisível.....	491
185.8. Exigibilidade da cláusula penal independentemente de prejuízo.....	491

185.9. Indenização suplementar	491
CAPÍTULO 26 – DAS ARRAS OU SINAL	493
186. Conceito	493
187. O Direito Romano	495
188. Diretrizes do Código Civil	496
188.1. Arras confirmatórias	496
188.2. A hipótese de inexecução do contrato principal	497
188.3. Indenização suplementar	498
188.4. Arras penitenciais	498
Bibliografia	501
Índice Onomástico	507
Índice Alfabético de Assuntos	515